

instituem o social. Por esta mesma razão é que a dominação se inscreve inicialmente nestes espaços: dos homens sobre as mulheres e dos velhos sobre os jovens. Ampliando-se em seguida para a natureza e a criação de novos sagrados. A modernidade é o aperfeiçoamento deste processo, fruto da Revolução Francesa: "a dominação do dinheiro sobre o trabalho, do fetiche sobre as relações sociais, da potência genital (paterna) sobre as pessoas que se tenta permanentemente infatilar, do signo sobre o esforço real (músculo ou cérebro)".

Para se compreender o significado e importância do trabalho de Enriquez é preciso ter presente que ele se inscreve em um movimento montante de obras de mesmo nível, ou seja, que tentam recorrer à teoria analítica para repensar o social (Marcuse, Kaufmann, Moscovici, Aulagnier, Girard, Caillos, Gessain, entre outros). Não é o narcisismo o termo que "define" hoje a nossa cultura? Na França, mesmo espaços "sagrados", como o Laboratório do Professor Alain Touraine, são invadidos pela onda que ressurgiu. No Brasil, presente há algum tempo (vide os trabalhos de Jurandir Freire) promete dar o que falar no futuro (vide, proximamente, o trabalho de João Gabriel Teixeira).

PÉCAUT, Daniel – **Os Intelectuais e a Política no Brasil**. São Paulo: Ática, 1990.

Mariza Veloso Motta Santos  
Departamento de Sociologia/UNB

O livro de Daniel Pécaut traz relevante contribuição às Ciências Sociais, no Brasil, especialmente neste momento em que o país experimenta uma nova travessia na configuração das representações e práticas em torno de diversas instituições sociais e culturais, com ênfase para as universidades, centros de pesquisa e entidades culturais.

Pécaut aborda, principalmente, as relações sobre política e cultura construídas pelos intelectuais brasileiros entre 1925 a 1982. A importância que alcança ao nos mostrar o modo de constituição das categorias "política" e "cultura", em especial o relacionamento que estas mantêm entre si, reside na postura radical que assume ao construí-las e operacionalizá-las sob um enfoque eminentemente histórico.

Dentro desse eixo, o autor não se fixa na rigidez daqueles que entendem a questão das representações coletivas sobre o Brasil como **um dever ser adequado ao país**, mas acompanha e ilumina o caminho percorrido pelos intelectuais – particularmente os cientistas sociais – quando da construção das categorias "política" e "cultura". Através de sua análise, o autor evidencia que ambas as categorias sempre estiveram permeadas pela idéia de **constituição da nação**, o que resultou numa forma de operacionalização muito específica, ou seja, centrada na discussão entre o "ser social" e "ser político", ou ainda, entre sociedade e Estado.

Nesse sentido, ao longo de todo o livro, dá forte ênfase ao contexto institucional, ao discutir o lugar de fala dos intelectuais e as condições sociais que moldam as suas diversas redes discursivas, desvelando, também, os conteúdos que passam a incorporar as idéias de "realidade nacional" e "formação da sociedade".

Ao trabalhar com a idéia de construção da nação, enquanto atividade necessária e legitimadora de um grupo social, concebe-a como algo intrínseco à própria identidade do intelectual brasileiro.

De igual modo, ao tratar da idéia de "missão", segundo a concepção da intelectualidade que analisa, entende que esta os teria induzido a adotar como padrão de conduta "científico-política", a relação permanente entre conhecimento e ação, o que os teria levado a acreditarem no cumprimento de sua "missão", enquanto protagonistas privilegiados da própria evolução histórica da nação brasileira. Oportuno é ressaltar que na avaliação dessa questão, Pécaut deixa transparecer a importância e a influência da corrente evolucionista no pensamento social brasileiro.

Em sua obra o autor demonstra, também, que os cientistas sociais pautaram sua trajetória quase sempre referenciados à necessidade de identificar e perceber o real, isto é, a sociedade brasileira, destacando sistematicamente suas dimensões políticas e culturais. Somente essa postura, segundo tal grupo, é que viabilizaria a constituição da nação e a posição que deveriam ocupar, enquanto cientistas sociais, na própria estrutura social.

É Pécaut quem afirma: "Todos os intelectuais brasileiros mantêm laços com as "ciências sociais": a "sociologia" na década de 30, e uma mistura de sociologia e economia nos anos 60 e 70. Pois, as "ciências sociais" nada mais são do que o discurso que o Brasil faz sobre si mesmo e o indicador da posição que o intelectual ocupa no processo de constituição da nação brasileira."

O autor alerta, igualmente, para os riscos que correm alguns intelectuais, ao tentarem compreender e conceituar as representações de "política", "cultura" e "nação", a partir de um "realismo" que conduza tão-somente aos conceitos de **politização**, **culturalização** e **nacionalização**. Diz, porém, que não se trata, tampouco, de observar a interferência entre "campo intelectual" e "campo político".

Destacando tais perspectivas, Pécaut supõe que: "desde os pensadores de 1930, que delinearão em detalhes o esquema da boa organização social, até os de 1955, que imaginaram o desenvolvimento correto, todos se achavam igualmente persuadidos de que expressavam apenas o que é, de fato, o social e o que é, de fato, o desenvolvimento – estavam convencidos de que as idéias comandam diretamente o dever histórico. Nenhuma contradição entre estas duas certezas. Se abriu caminho à ideologia é porque esta brota sempre da recusa em admitir que a representação introduz, por si só, uma indeterminação no social."

Tal interpretação permite compreender melhor a persistência, no Brasil, da tendência à construção da idéia de nação, especialmente entre os cientistas sociais, o que explica a preocupação em elaborar um "projeto nacional". Essa tendência, é preciso que se enfatize, contribuiu sobretudo para a criação e

aceitação de inúmeros mitos políticos, os quais, inclusive, serviram como suporte fundador ao paradigma do nacionalismo.

A relação entre os intelectuais e o Estado no Brasil é discutida por Pécaut, tendo em vista dois fatores distintos. Primeiro, o modo de ser da identidade dos intelectuais, o que sempre os levou a se colocarem acima da sociedade e, neste particular, a se identificarem com o Estado. Segundo, a configuração do Estado, fato incontestado a partir da Proclamação da República, apesar da inexistência de instituições sólidas propriamente conformadoras da constituição de uma nação.

No contexto desse hiato entre sociedade e Estado, entende o autor que os cientistas sociais passam a ocupar um espaço vazio e disponível, e que, precisamente por este motivo, puderam construir uma produção simbólica diversificada e rica, o que evidentemente muito contribuiu para a consolidação da história das idéias sociais no Brasil. Pécaut esclarece, contudo, que essa produção intelectual se referenciava, invariavelmente, à "nação", enfatizando suas dimensões políticas e culturais, assim como a identificação que essas dimensões mantinham entre si. É de se ressaltar, como exemplo, a prioridade dada – entre as décadas de 20 a 50 –, às proposições de organização da "cultura", ou da "sociedade", com a criação de inúmeras instituições e organismos, cujo agente implementador, seria, inexoravelmente, o próprio Estado.

Mas, afinal o que é uma cultura política para Pécaut? "(...) É um fenômeno de sociabilidade política e uma adesão implícita a uma mesma leitura do real. A sociabilidade política fica no seio de uma categoria social específica – no caso os intelectuais e as camadas intelectualizadas. Há um processo de comunicação tal que as idéias se transformam num sentido comum." (184)

A idéia síntese que estrutura todo o livro de Pécaut é a equação entre política e cultura que, de forma simplificada, é analisada em dois grandes momentos (**décadas de 20 a 50** e **décadas de 60 a 80**). No primeiro, os intelectuais extraem sua capacidade discursiva, sua autonomia e autoridade, de sua vocação nacional. Como decorrência, aponta que o discurso elaborado sobre a nação sempre teve como suporte a necessidade de organizá-la **racionalmente** enquanto tal, o que de fato ocorreu neste momento, significando a organização política através do Estado.

Num segundo momento (década de 60 a 80), a "razão da nação" passou a ser identificada com a categoria cultura e o conceito de sociedade civil alcança plena legitimidade.

É Pécaut quem acrescenta: "a equação cultura e política – assume sempre a forma da trilogia: desenvolvimento nacional, defesa da cultura nacional, emancipação política como resultado do desenvolvimento."

Mais especificamente, ao se reportar às décadas de 50 e 60, menciona a introdução de um novo termo na equação política e cultura. É a categoria POVO. Os intelectuais passam a identificar novos parceiros sociais, visando à rearticulação de seu discurso e de sua posição na sociedade.

A partir deste período a palavra-chave passa a ser democratização. A missão é construir a cultura para desvendar a nação. Só através da "consciência da realidade brasileira" seria possível construir um discurso político, capaz de propor a representação da nação através da restauração de um Estado legítimo.

Já ao analisar a década de 70, mostra que o debate nacional enfatiza a questão democrática, valorizando a necessidade da participação de múltiplos segmentos sociais na definição das políticas: "democracia é a 'idéia nova' a partir de 1975; é ao mesmo tempo, um modo de instituição do campo político e um modo de reconhecimento do social com suas divisões. O uso da palavra democracia difunde-se junto com a expressão sociedade civil."

Para o autor, o grupo dos intelectuais, no final da década de 70, passa por um processo de diferenciação, fruto da própria complexificação do sistema técnico-científico, o que propiciou o surgimento de interesses específicos. Neste contexto, os cientistas, ao invés de continuarem a se posicionar acima de outras categorias sociais, assumem nova postura, o que os conduziu a "rotinização" e favoreceu, inclusive, a sua inserção no sistema democrático.

O trabalho realizado por Pécaut estende-se até o início da década de 80, quando identifica que o discurso dos intelectuais passa a centrar-se predominantemente na questão da profissionalização. É ele quem acrescenta: "a referência à profissionalização assume uma importância crescente nas Ciências Sociais no decorrer do período 70 a 80. Renuncia-se a erigir as ciências sociais em "ideologia", à maneira isebiana e a formular um projeto nacional. Neste momento, busca-se reapropriar-se do privilégio da produção teórica pelos especialistas universitários em detrimento dos militantes políticos."

Por último, faz-se necessário mencionar ainda a constatação decorrente da análise que diz respeito à constituição e ao desenvolvimento de um pensamento social no Brasil, que muito contribuiu para inaugurar e consolidar a perspectiva da modernidade, ao incorporar ao universo simbólico do nacionalismo, a tensão entre universalismo e particularismo; o reconhecimento da diversidade cultural; a formação da cidadania; a postura crítica diante do "progresso", particularmente na discussão sobre industrialização e urbanização.

É também digna de nota a contribuição dada pelo autor à eliminação de visões excessivamente homogêneas sobre a história intelectual brasileira. Assim procedendo, não perde de vista tanto a especificidade das representações simbólicas do grupo considerado, quanto o lugar ocupado por estas representações no imaginário político-social brasileiro.

Apenas uma postura relativizadora e que desvende "por dentro" os mecanismos sociais que incidem na produção de categorias simbólicas é capaz de demarcar a especificidade de um grupo.

O trabalho de Pécaut é consistente e suscita inúmeras reflexões críticas e auto-críticas. Vale a pena conferir!

**GARCIA Jr, Afrânio Paul – O Sul: caminho do Roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social.** São Paulo, Marco Zero e Brasília, UnB/CNPq.

Fausto Miziara  
Departamento de Sociologia, UnB

Este livro é a tese de doutoramento do autor, apresentada em 1983 no Museu Nacional/UFRJ.